

À MANEIRA
DE PORTUGAL
E DA ÍNDIA

UMA TAPEÇARIA INÉDITA



Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas
(pormenor).
VOC

Pedro Dias

À MANEIRA
DE PORTUGAL
E DA ÍNDIA



UMA TAPEÇARIA INÉDITA



PORTO

2007

FICHA TÉCNICA

Autor:	Pedro Dias
Design gráfico:	Pedro Simões pedro@graficadecoimbra.pt
Edição:	Pedro Aguiar Branco V.O.C. Antiguidades, Lda. Rua Honório de Lima, 72 4200-321 Porto Telef.: 932 416 590 e-mail: pab@apa.pt www.apa.pt/pab
Execução Gráfica:	G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.
Tiragem:	1.000 exemplares
Depósito Legal:	257787/07

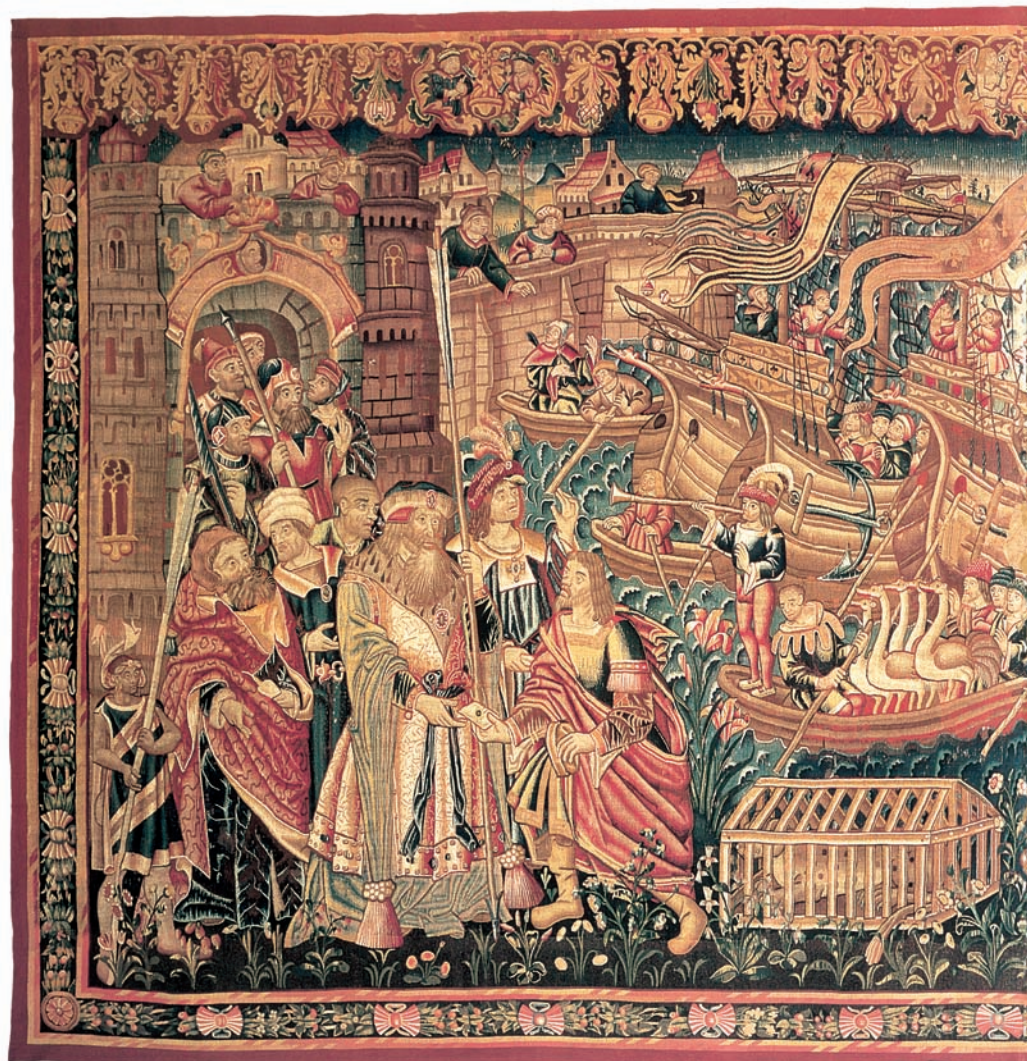


São conhecidas, desde o início do século de Quinhentos, por “à maneira de Portugal e da Índia”, um tipo de tapeçarias, mais ou menos fantasiadas, que representam a viagem de Vasco da Gama à Índia e o seu encontro com terras e povos não europeus, pretendidamente indianos, e também de capitães, governadores e vice-reis que lhe sucederam, e que incluem abundantes elementos exóticos, como arquitecturas, animais e plantas, as surpresas e maravilhas que, então como ainda hoje, encantavam e encantam os observadores.

Estas tapeçarias, como as que tinham outra iconografia, foram feitas essencialmente para pendurar ou armar nos interiores dos palácios, mas também estiveram expostas ocasionalmente ao público, nas praças e ruas, em cerimónias de aparato e ostentação, sendo aí vistas pelo povo miúdo. Entre nós, chegaram a ser usadas para conformar redondéis, para as corridas de touros.

Destas de temática heróica e exótica, a um tempo, conservam-se algumas em Portugal, destacando-se o excepcional conjunto do Museu do Caramulo, mas a maioria está no estrangeiro, já que se executaram diversas séries, quer por encomenda específica a ateliers da Flandres, para as grandes Casas Reais ou nobres do tempo, incluindo a Casa Real Portuguesa, quer aleatoriamente pelos tapeceiros, ao seu gosto, para venda a eventuais clientes, que eles sabiam haveriam de aparecer nas suas tendas. Paulatinamente, ou talvez até em apenas uma dezena de anos, as menções e representações ao Gama e à sua viagem, e muito mais a outros feitos de

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC



militares e nautas lusos desapareceram, para a representação se centrar exclusivamente no exotismo.

Portugal, no fim do século XV e durante todo o século XVI, foi um dos países que mais tapeçaria encomendou em Tournai e Arras, e depois também em Bruxelas e Audenard. Isto mesmo está patente em abundante documentação avulsa e em crónicas coevas. Ruy de Pina, por exemplo, diz-nos que o rei D. João II mandou vir preciosas tapeçarias da Alemanha, Flandres, da Inglaterra e da Irlanda, para as festas que organizou, quando do casamento do seu filho e herdeiro, D. Afonso, com a filha mais velha dos Reis Católicos de Castela, D. Isabel. As bodas tiveram lugar em Évora, em 1491, e foram seguramente das festas mais faustosas de toda a Europa de Quatrocentos, ou não fossem Portugal e Castela duas potências

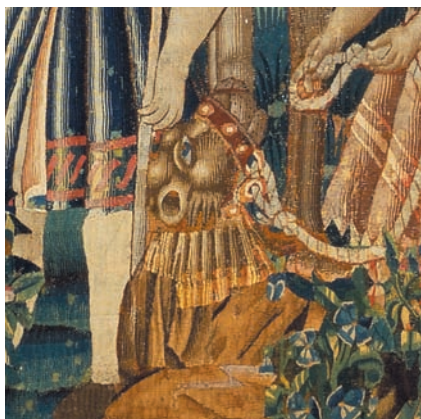


emergentes no contexto mundial, e esta uma forma clara de afirmação de Poder. As salas do mosteiro de São Domingos da capital alentejana, onde ficou instalada a noiva, estavam cobertas com tapeçarias destas.

Também nas ruas, nas paredes ou penduradas de varandas e janelas, havia tecidos ricos, as tradicionais colchas, que ainda se usam quando há procissões, e panos de Arras. Mas as tapeçarias estavam presentes em ocasiões bem diferentes. O cronista Garcia de Resende deixou-nos o testemunho de que na sala onde decorreu a audiência em que o duque de Bragança foi condenado por alta traição, tinha uma tapeçaria nas paredes laterais a invocação da Justiça de Trajano, e no topo, por trás dos juízes, uma grande e imponente representando, muito a propósito, o Julgamento Final.

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
*Chegada de Vasco da Gama
a Calicute ou Cochim.*

Colecção da Caixa Geral de Depósitos



Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC

No tempo do reinado de D. Manuel I, havia na Corte Portuguesa um número muito considerável destes panos, e não temos qualquer dúvida que eram todos provenientes da região a que, genericamente, designamos como Flandres.

O *inventário* feito em 1505, e que já foi dado à estampa, anota cerca de uma centena de peças, e ainda só estávamos no sexto ano de reinado de O Venturoso, antes deste ter iniciado verdadeiramente a sua política de afirmação através da Arte. Havia cenas de carácter religioso, várias representações de Nossa Senhora, da Vida e Paixão de Cristo, da Vida de São João Baptista, outras com temas bíblicos do Antigo Testamento, como David e Betsabé, também da História ou Mitologia Clássicas, como as de Vénus e Mercúrio ou o Combate de Sagitários, ou simplesmente de “*verduras*” e cenas de caçadas, etc. Nos palácios reais da Ribeira, da Alcáçova, de Santos, de Sintra, de Évora, de Salvaterra, de Almeirim, de Muge, de Benavente, em todos eles haveria tapeçarias, para decoração e maior conforto.

Estas peças artísticas serviam também noutras ocasiões, como para montar nas naus, nas cobertas, tombadilhos e cabinas, como aconteceu com alguns dos navios que conduziram a princesa D. Beatriz, filha do rei D. Manuel I, em 1521, para o seu casamento com o duque de Sabóia. As naus e caravelas que iam para o Oriente levavam tapeçarias. Logo na viagem inaugural à Índia, a de Vasco da Gama de 1498, o comandante português mandou montar algumas no tombadilho, para receber o rei de Melinde, e depois ofereceu-lhe uma das que levava. Em 1505, D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei do Estado Português da Índia, recebeu o rei de Bisnaga, quando estava fundeado na barra de Cananor, com a mesma pompa, e o testemunho é-nos dado pelo mais do que fiável autor das *Lendas da Índia*, Gaspar Correia. Ao que parece, as tapeçarias que conformariam uma sala no convés da nau eram alusivas à História Antiga ou à Mitologia Clássica. Mas temos referenciadas muitas ofertas destas a outros potentados orientais, como o rei de Bornéu, o Prestes João da Abissínia, ou o rajá de Cambaia. Também os cronistas Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis dão testemunho destes factos.

Fixemo-nos nas encomendas específicas que relatavam os feitos dos portugueses, em solo pátrio ou além-mar. As mais conhecidas e talvez as primeiras são as da conquista de Arzila e Tânger, no Norte de África, factos ocorridos em 1471, verdadeiras crónicas iconográficas, onde são distinguíveis inequivocamente o rei D. Afonso V e o príncipe herdeiro D. João, o futuro D. João II. Os panos têm cerca de 10 metros de comprimento por 4 metros de altura, e pelo estilo é quase certo que os cartões saíram das mãos do pintor régio Nuno Gonçalves, tais as semelhanças com o famosíssimo e formidável Político de São Vicente da sé de Lisboa, que se expõe hoje no



Museu Nacional de Arte Antiga da capital portuguesa, e que a crítica unanimemente lhe atribui. Estas tapeçarias, da Tomada de Arzila e Tânger, foram mais tarde levadas para Espanha, e estão hoje na igreja colegiada de Pastrana. Foram bem estudadas e dadas a conhecer ao grande público, há já quase um século, por Reinaldo dos Santos.

É a encomenda da relação da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e dos sucessos dos capitães que imediatamente lhe sucederam, e que tanta glória trariam ao rei e tanta fortuna ao Reino, que agora vamos estudar.

Um documento, um rascunho da mão do secretário António Carneiro, como assevera Sousa Viterbo, provavelmente quem primeiramente lhe deu importância, e que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que embora sem data todos os autores são unânimes em atribuí-lo a de cerca de 1510, mas que tem

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas.
Fundação Ricardo Espírito Santo



que ser um pouco posterior, como veremos adiante, e que foi publicado por J. A. da Graça Barreto, em 1880, é concretamente a lista da série da “*descoberta da Índia ordenada em tapeçaria por mandado de El-Rei D. Manuel*”. Vamos, ainda que rápida e abreviadamente, relembra os temas de todos os “*encasamentos*”, pela ordem que está no manuscrito original.

Na primeira seriam representados Vasco da Gama, Paulo da Gama e Nicolau Coelho perante o monarca D. Manuel I, que lhes entrega o respectivo *regimento*.

Na segunda, os frades do mosteiro dos Jerónimos em procissão, até à água, vendo-se ou a imagem de Nossa Senhora de Belém, ou a igreja, não entendemos bem, mas o texto é claro, exigindo que seja “*pollo natural*”, devendo ver-se as quatro naus, que de facto eram três e uma urca, com as Cruzes de Cristo estampadas nas velas, e os anjos que iam à frente, a propiciar-lhes uma bom caminho. Todas deviam ter os respectivos nomes inscritos no costado, e a capitaina com a sua bandeira e as outras com as armas dos seus capitães.

A terceira mostraria o Cabo da Boa Esperança, com animais de lá, entre eles elefantes e nativos, e gado *vacum*, etc., e no Cabo posto um padrão com as Armas de Cristo.

Depois, na seguinte, ver-se-ia Sofala, e as naus ancoradas com as suas bandeiras, e a maneira como os nossos saíram a terra nos seus batéis e colocaram um padrão. A terra devia ser desenhada pelo natural, com leões, elefantes e búfalos, e os habitantes locais, “*os cafres*”, apartados dos mouros, e vestidos com roupas coloridas. Mais ainda, devia estar representado o resgate do ouro. Finalmente, neste encasamento, deveria ser mostrada a audiência entre Vasco da Gama e o rei local a estabelecerem um tratado de Paz. Teria ainda a representação das Armas Reais, do Pelicano Eucarístico, que foi empresa de D. João II, e da Cruz de Cristo.

A quarta tapeçaria representaria a Ilha de Moçambique, já com uma fortaleza, com naus a entrarem e a saírem de um lado e de outro do canal que conforma com o continente, de maneira que claramente se visse que eram duas frotas distintas, com outras tantas naus capitainas, cada qual com a bandeira da Ordem de Cristo no alto das gáveas. É obviamente a primeira fortificação, modesta, em breve começada a ser substituída por outra, que foi evoluindo até ao século XIX.

Na quinta tapeçaria dever-se-ia ver a cidade de Quíloa, também representada realisticamente, com bandeiras e as armas próprias, e com a frota diante dela; ainda como os portugueses entraram na cidade e a tomaram, e a cena do rei a prestar menagem e juramento de sujeição ao capitão-mor. Ora, acontece que este facto ocorreu durante a segunda viagem de Vasco da Gama, em 1502, e não na



primeira, já depois de lá terem estado Pedro Álvares Cabral e João da Nóvoa, em 1500 e 1501, respectivamente.

A seguinte era dedicada a Mombaça, mostrando-se como foi tomada, vendo-se a entrada pelos dois lados da ilha, o desembarque, o fogo que assolou a cidade, e a colocação das nossas bandeiras nos muros e torres. Devia também constar a recolha dos despojos. Isto deve ser relativo não à primeira viagem de Vasco da Gama, que como



Álvaro Velho relata, foi mal recebido, mas à acção do primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, em 1505, que conquistou e destruiu esta praça.

Certamente por falta de mais, ou de mais pormenorizada informação, as indicações sobre as três tapeçarias seguintes apenas referem a tomada ou feitos de Brava, Socotorá e de Ormuz, mas deviam mostrar claramente esses lugares. Brava era uma cidade

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo de dromedários enfurecidos.
Museu do Caramulo



senhoreada pelos mouros, na Costa Leste da África, a que Rui Lourenço tomou duas naus e três zambucos, além de doze homens, que eram os principais da terra, que se viram obrigados a tornar-se vassalos de Portugal. Socotorá foi conquistada em Abril de 1507 por Tristão da Cunha e por Afonso de Albuquerque; “o feito de Ormuz” deve ser a conquista, a seguir à chegada da frota de Afonso de Albuquerque, a 25 de Setembro de 1507. Todos estes dados podem ser cotejados com as crónicas coevas, para se atestar a sua fidelidade ao que efectivamente aconteceu. Além de Álvaro Velho ou o texto da anónima *Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia* – uma edição que foi um dos últimos trabalhos do grande mestre Professor Luís de Albuquerque – às já citadas de Fernão Lopes de Castanheda, João Barros, Damião de Góis, Jerónimo Osório e até o mais tardio Faria e Sousa, todos coincidem no essencial do que se pretendia representar nos encasamentos que o secretário régio ia anotando.

Continuando a temática, a tapeçaria seguinte devia relatar a construção da fortaleza de Cochim, mostrando-se as obras e os homens que nela trabalhavam, e ainda uma igreja, e o modo como se baptizavam aí os naturais da terra. Trata-se certamente da acção de Pedro Álvares

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo de dromedários enfileirados.
Colecção Burrell de Glasgow

Cabral, que foi quem conseguiu um tratado com o monarca local e estabeleceu uma feitoria fortificada e uma paz duradoura.

Seguia-se a que relatava a construção da fortaleza de Cananor, com suas bandeiras e armas. Já esta fortificação só foi possível em 1505, por acção de D. Francisco de Almeida, e sobretudo pelas hábeis negociações de João da Nova, posto que já em 1501 Pedro Álvares Cabral aí tivesse estado. No entanto, tudo leva a crer que as obras de edificação só tenham começado efectivamente em 1507.

O “*desbarate dos Rumes*” era a outra tapeçaria, e acrescentava-se que se deviam colocar nas nossas naus as bandeiras com as armas dos respectivos capitães, ou pelo menos dos que fossem conhecidos.

Uma das tapeçarias aludiria à batalha travada por D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei D. Francisco de Almeida, nas águas em frente de Coullão, contra a armada do samorim de Calicute e dos seus aliados mouros, em 26 de Março de 1506. Anote-se aqui algo de importante. Nesta ementa diz-se textualmente: “*tambem da maneira que estaa. E com toda outra fremesura que se lhe posa fazer*”. Parece-nos evidente que isto é a prova de que o monarca e o seu secretário, António Carneiro, já tinham perante eles desenhos preparatórios, uns mais acabados e mais pormenorizados do que outros, e talvez de algumas ainda não houvesse nenhum, e que a decisão estaria a ser trabalhada entre D. Manuel I e ele. Havia assim temas muito explícitos, certamente com cartões acabados ou próximo disso, e outros ainda vagos, ou de que mais não teriam do que a indicação de um cronista que fizera a sugestão, que dera os temas que lhe pareceram mais importantes relativos às primeiras viagens e conquistas, e não só à viagem inaugural do Gama, como tanta vez se refere.

Novamente uma ementa muito pormenorizada. Esta contava o encontro de Vasco da Gama, em 1502, na sua segunda viagem, com o rei de Cochim, como falaram à borda da água, e também o capitão e os seus homens nos batéis, com trombetas, e a chegada do rajá cochinense no seu andor, acompanhado dos dignitários e serviçais, e a sua entrada no batel do capitão-mor, e das mostras mútuas de amizade.

A tapeçaria seguinte tem por herói Lopo Soares de Albergaria, que partindo de Lisboa, em Abril de 1504, foi socorrer Duarte Pacheco Pereira e outros capitães que estavam em aperto na Costa do Malabar, concretamente em Cochim, onde eram ameaçados pelas forças do samorim de Calicute. O que se estabelecia para esta peça era essencialmente a batalha, com a disposição das frotas em confronto, e com os estandartes e bandeiras de ambos os lados e, sempre que possível também as armas dos capitães das nossas embarcações.

A chegada ao Ceilão, à mítica Taprobana, em 1506, era o tema seguinte, facto da maior importância económica e estratégica, mas também simbólica, para o rei D. Manuel I, que publicitou fartamente



o acontecimento na Europa, e particularmente em Roma. Pede-se que se diga como chegaram as naus ao Reino de Kotte, à moderna Colombo, e como D. Lourenço de Almeida aí estabeleceu um padrão. Desejava-se ainda o encontro com os embaixadores, com pormenores do arranjo das naus, e a carregação da canela, com os naturais da terra a metê-la nas nossas naus.

A cena seguinte é estranhamente incluída. Trata-se da tomada de Chaúl, operação que, na verdade, foi um fiasco, mas também se refere que se deveria incluir o que “*ho viso Rey tomou neste caminho*”. D. Lourenço de Almeida comandou as operações, em 1508, mas foi derrotado e perdeu a vida, vindo em socorro D. Francisco de Almeida, o vice-rei, que na batalha de Diu vingou a morte do filho, e depois conseguiu sujeitar o rajá de Chaúl, o *Nizamaluco* das nossas crónicas. Seriam estes últimos factos que D. Manuel I queria celebrar? Provavelmente; uma derrota é que não seria lógico.

Segue-se a representação da tomada de Calicute, a entrada das nossas tropas e as bandeiras dos respectivos capitães, o incêndio das naus que estavam no porto, o incêndio da mesquita da cidade e a entrada nos paços do samorim. Deviam ver-se ainda os despojos desta acção bélica. Vasco da Gama atacou Calicute em 1502, com uma violência e crueldade inusitadas, muito em resposta ao que aí passara, quando da viagem de 1498.

Cronologicamente, volta-se atrás na cena seguinte, pois o que se indica para ser representado é a chegada a Calicute do almirante Vasco da Gama, em 1498, com três naus, e a forma como foi recebido na cidade pela gente da terra, bem como a colocação de um padrão. Como são claras as crónicas, num primeiro momento, tudo parecia correr de feição aos portugueses; porém, a intriga movida pelos muçulmanos alteraria definitivamente o relacionamento com este Reino.

O pano seguinte deveria mostrar o chegada triunfal de Vasco da Gama à Corte, e a entrega dos tributos, sobretudo as páreas de Quíloa, ouro com que foi executada a custódia de Belém.

Os sete temas seguintes voltam a não ter nexos cronológico, pelo menos aparentemente. O primeiro deveria mostrar a cidade de Cochim com a nossa feitoria, certamente a que foi construída por Pedro Álvares Cabral, e toda a actividade mercantil que aí se desenvolvia, os mercadores, as jóias que usam, a compra e a venda das especiarias, e a forma como se carregam as naus.

Nova tapeçaria dedicada a Cochim. Mostrar-se-ia a oferta de uma copa preciosa ao monarca local, com todo o cerimonial que esse momento revestiu, e dever-se-iam ter presentes as representações das gentes locais, os vestidos, as armas, os tronos e andores, os sombreiros, os elefantes, etc.

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
*Chegada de Vasco da Gama
a Calicute ou Cochim* (pormenor).
Colecção da Caixa Geral de Depósitos

As cinco últimas são todas alusivas à Índia, e aos costumes locais: como se queimam as viúvas, como o rei se despedaça, como as mulheres se metem nos “*campos*”, como usam jóias nos dedos dos pés, e os andores guarnecidos de pedrarias. Permitimo-nos levantar a questão se cada um destes temas seria para um pano cada, ou se deveriam aparecer todos num, em dois ou três, ou se, havendo necessidade de uma certa metragem de tapeçaria, em função do local para onde estas foram pensadas, se deixavam estas questões um pouco ao arbítrio do tapeceiro. Melhor, e voltamos a uma questão já aflorada: seria que ainda não haveria qualquer desenho preparatório, e isto seriam lembranças, que entretanto ocorreram ao rei e ao seu secretário, já que se trata apenas de um rascunho? De qualquer modo, há aqui uma grande incoerência entre alguns dos itens tão pormenorizados, e outros apenas com vagas indicações. Não temos resposta para esta questão.

Maria Antónia Gentil Quina, que tão bem estudou estas tapeçarias, a partir da colecção da Fundação Abel Lacerda, do Museu do Caramulo, relembrou que o original tem três temas riscados: a chegada de Vasco da Gama a Calicute, o seu regresso à capital do Reino, e o comércio com os orientais. Levanta a hipótese de estas três tapeçarias já terem sido encomendadas anteriormente, o que pode ter acontecido, logo após a chegada do Gama a Lisboa, e que o que então se fazia, por 1510, era compor uma História da Índia, nossa, lusocêntrica, a partir delas. Não esqueçamos que o documento de António Carneiro tem a anotação “*Pera os pannos que el Rey nosso senhor quer hordenar*”; os primeiros e que o monarca mais desejaria, já estavam encomendados, ou mesmo entregues, o que é provável. Este personagem era escrivão-de-câmara do rei, e foi-o até 1509, ano em que ascendeu ao posto de secretário-de-estado; será que estes apontamentos datam do tempo das suas primeiras funções, o que seria mais lógico, ou teriam tal importância que passariam pelas mãos de alguém que detinha tão alto cargo? Incliamo-nos para a segunda hipótese, desde logo pelo preço que estas tapeçarias atingiriam, a requerer fundos avultadíssimos, e em segundo lugar, porque se integravam numa política áulica de que António Carneiro foi o principal agente.

Para nós, D. Manuel terá encomendado algumas tapeçarias, talvez três, com a partida de Lisboa, a chegada a Calicute e com umas “*vistas da Índia*” e o exotismo das suas gentes, plantas e animais; mas tarde, talvez mais de dez anos depois, resolveu então fazer um verdadeiro hino à presença portuguesa no Índico, agora que já consolidara aí o seu poder, sobretudo pela mão de Afonso de Albuquerque. Como veremos adiante, este não foi um acto isolado ou gratuito.

Assim, também se justificava o facto de num documento de 1504, de contas de Filipe-o-Belo, já se fazer referência específica a





Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC

tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia”. Foi Eugène Soil quem publicou, em 1892, um importante *corpus* sobre a tapeçaria de Tournai, cujos originais foram destruídos durante a II Grande Guerra. Maria Antónia Quina transcreve os que agora nos interessam, e que com a devida vénia aproveitamos. Além do já citado, em que se comprova o pagamento ao tapeceiro Jean Grenier, morador em Tournai, da quantia de 784 libras, 16 soldos e 346 dinheiros, por “uma rica e muito bem feita tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia”, para entregar a Monsenhor Deville, para oferecer como presente a algum grande de França. Em 1510, nos mesmos arquivos, anotava-se um pagamento de cinco peças a Arnould Poissonier, de uma história de “gente e animais selvagens à maneira de Calicute”. Estas parece terem sido oferecidas pela cidade a Robert de Wicthel, do Conselho do Rei, certamente de França; são designadas como figurando “a viagem a Calicute”. Note-se que só em 1504 se diz claramente que a tapeçaria é “à maneira de Portugal e da Índia”; a partir daqui temos alusões à “viagem a Calicute”, em 1510, 1513, 1522. Simultaneamente, há referências a tapeçarias “da caravana”, em 1522 e 1539.

Maria Antónia Quina lembra que Maximiliano I encomendou a Arnould Poissonier “uma história de gentes e animais selvagens à maneira de Calicute”, isto já em 1510. Ainda uma encomenda muito importante foi a que o imperador Carlos V fez, em Bruxelas, a Pierre van Aelst, em 1522: uma armação de seis peças designada como “história indiana com elefante e girafas”. Outras Casas Reais europeias ou de grandes senhores tinham igualmente séries destas. Em 1541 ou 1542, num inventário do rei de França, Francisco I, casado com D. Leonor, viúva de D. Manuel I, anota-se uma “história da caravana”, que por outro inventário mais tardio, vimos a saber ser constituída por cinco peças; especifica-se que são de fabrico de Bruxelas. Em 1550, no castelo de Gaillon, perto de Ruão, e que foi construído e recheado pelo notável cardeal George d’Amboise, havia uma armação com a “história da caravana”, sendo quase certo que foram fornecidas por Antoine Grenier, irmão de Jehan Grenier, o mesmo que em 1504 fez as tais tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia”, pagas por Filipe-o-Belo.

Como já perguntava o incansável Sousa Viterbo, será que estes apontamentos ganharam forma de encomenda? e se sim, se se efectivou toda ou só parte. Hoje podemos responder que, pelo menos parte foi executada. A tapeçaria que pertence à Caixa Geral de Depósitos, mostra D. Vasco da Gama a entregar a carta de D. Manuel I a um soberano indiano, que sai de uma cidade, vindo à praia, passando por um pórtico onde se lê INDAS NOVAE, ou seja Nova Índia, por oposição às Índias de Castela. Poderá ser a chegada a Calicute, mas também a chegada a Cochim e o encontro com os respectivos monarcas.

Numa das tapeçarias do Museu do Caramulo, que representa um cortejo triunfal com dromedários e macacos da Etiópia, um oriental entrega um macaco ao rei, que para ser bem identificado tem inscrito um M no seu chapéu; é obviamente D. Manuel a receber as maravilhas do Oriente. Desta, há uma réplica em Glasgow, onde a mesma figura é representada, assim como o chapéu com a inicial.

Não sabemos se alguma das tapeçarias que se conservam, ou parte de algumas, integravam a primeira encomenda, ou se fazem parte de algumas das séries que se seguiram. O próprio Sousa Viterbo, que não conheceu qualquer das que hoje estão elencadas, deixou-nos pistas que nos permitem perceber que algumas estavam em Lisboa, em meados do século XVI. Ao referir a viagem do legado papal, o cardeal Alexandrino, anota que o autor da memória do seu itinerário viu, na capela dos paços da Alcáçova de Lisboa, uma tapeçaria que representava “ao natural o rei D. Manuel I, rodeado do conselho dos grandes, quando resolveu mandar conquistar as Índias de Portugal”. Não parece difícil ver aqui a primeira das cenas anotadas no rascunho de António Carneiro, a despedida do Gama, na Praia do Restelo. Além disto, diz que as paredes da capela palatina estavam todas forradas com tapeçaria, apenas salientando esta, mas não dizendo mais nada sobre a temática das restantes. Poderiam ser outras da série que o escriba não identificou. Também num dos volumes das *Provas da História Genealógica*, o autor refere que quando se festejaram os desposórios da infante D. Maria, filha de D. João III, o que ocorreu em 1543, “a sala grande do paço estava armada de tapeçaria de panos da tomada da Índia”.

Mas estas tapeçarias “à maneira de Portugal e da Índia” já andavam noutras mãos, no final do século XVI. O padre André Coutinho, que esteve na Índia e é bem conhecido dos historiadores da Arte, por ter estado no Oriente, de onde trouxe as fantásticas peças de ourivesaria que deu ao convento da Vidigueira, estudadas e bem por Nuno Vassallo e Silva, e às quais também nós demos atenção em mais do que um trabalho, e hoje são orgulho do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, deixou ao seu protector D. Miguel da Gama, descendente directo do conde-almirante D. Vasco da Gama – e usando as palavras do cronista frei José Pereira de Santana – “*huns singulares pannos de Raz, aonde as proezas dos Gamas estavam bem debuxadas, razão porque fallando delles no seu testamento para que se entregassem ao ditto cavalleiro, disse que erão da sua história*”. Lembremos que o padre Coutinho viveu os últimos anos da sua vida recolhido neste convento alentejano, de que eram padroeiros os Gama, senhores da Vidigueira, e cujo título condal D. Vasco obtivera, por não conseguir o de Sines, que tanto desejou.



Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC



Para além das tapeçarias da Tomada de Arzila e de Tânger, ainda do século XV, foram mandadas executar outras, com a finalidade de elevar as famílias dos descendentes de grandes feitos de armas; foi o que aconteceu com as proezas de D. Nuno Álvares Pereira, génese da Casa de Bragança, e da série excepcional, de que se conservam onze panos, das vitórias de D. João de Castro, encomendadas por seu filho D. Álvaro, tecidas a partir de desenhos de Pieter Coeck van Aelst.

Fica assim claro, como já noutro lugar escrevemos, que houve efectivamente uma encomenda régia que glorificava as proezas dos portugueses na Índia, logo na primeira década, e que tinha o seu início com a partida de Vasco da Gama; mas a gloriificação era,



efectivamente, do próprio monarca. Esta política de propaganda começou logo que subiu ao Trono. Foi como herdeiro do infante D. Henrique e de D. João II que se apresentou aos portugueses e ao Mundo; mas foi mais além, assumiu-se como o César da Época Moderna, com a missão de expandir o território pátrio, e sobretudo aquela que considerava ser a Fé verdadeira.

Ao lermos os seus panegiristas, apercebemo-nos de imediato que a ideia de Império, de domínio sobre vastos territórios do Mundo conhecido e do ignoto, como fizeram Alexandre e Augusto, e mesmo superá-los, era um propósito firme, e a dado momento claramente assumido como uma realidade indesmentível. Disso é prova a designação que escolheu para adornar o seu nome, repetida vezes sem

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com dromedários.
Museu do Caramulo



conta nos documentos da sua Chancelaria e nas páginas dos cronistas: “Rei de Portugal e dos Algarves de aquém e além-mar em África”, como D. Afonso V, mas também “Senhor da Guiné”, e sobretudo “do Comércio e das Conquistas e Navegações da Arábia, Pérsia e Índia”. Em 1514, na embaixada que enviou à Roma de Leão X, mostrou-se à



cidade e ao Mundo, como o principal agente da expansão da Fé em Cristo, o braço terreno do Espírito Santo e o defensor do Papado, um novo Constantino, mas agora verdadeiramente universal.

Diplomacia, festa e Arte aliadas ao poder militar e à riqueza que afluía aos cofres do Estado e às bolsas de tantos que participavam na

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas.
Museu do Caramulo



Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC

aventura ultramarina, marcavam e caracterizavam a obra de um rei venturoso a todos os títulos, um rei predestinado, cujo nome, Manuel ou *Emanuel* – ou seja, como Cristo, “*Deus em nós*” – tinha sido um indício. Milagroso, providencial foi também o seu nascimento em Alcochete, com D. Beatriz a dar à luz, em quase agonia e já sem esperança, quando à porta do modesto palácio passava a procissão do Corpo de Deus. A rainha, e assim viria a ser chamada a duquesa de Beja, viveria várias décadas mais.

Outro indício claro era a sua empresa, dada pelo rei D. João II ao então ainda só duque de Beja, a Esfera Armilar – a *sphera* ou *spera* – a Esperança da Humanidade numa nova redenção, a Idade do Ouro porque a Cristandade havia tanto ansiava. O cronista Ruy de Pina dizia que essa Esfera Armilar era “*a figura dos Ceeos, e da Terra, em que como per verdadeira profecia lhe deu certa esperança de sua legítima e Real socessam*”. Damião de Góis foi também sensível a esta ocorrência, dizendo dela que foi “*coisa de espantar e que parece que não careceu de mistério profético*”. Mas nas obras manuelinas a Esfera Armilar aparece ambígua e sistematicamente duplicada, lado a lado, talvez a dos matemáticos e a dos astrónomos, mas mais seguramente a *Sphera Mundi* e a *Spera Mundi*, a Esfera do Mundo e a Esperança do Mundo.

No fim do século de Quatrocentos, e particularmente no século XVI, o poder régio era visto como graça ou dádiva divina, como o preceptor do monarca, Diogo Lopes Rebelo, defendeu em 1496, no seu *De Republica Gubernanda per Regem*. Novo vigário de Cristo na Terra, seu representante por vontade expressa em tanto presságio, D. Manuel I tinha que se afastar do comum dos mortais, criar uma distância que o aproximava dos potentados orientais, em que a pessoa se pressentia mais do que se via. Porém, explorando bem esta aura de mistério, deixava-se ver em ocasiões excepcionais, e regularmente na longa varanda do seu palácio lisboeta, construída para isso mesmo, como um verdadeiro palco cénico, e nas complicadas cerimónias palatinas, incluindo as festas mais ou menos privadas e o teatro, ou à frente dos imensos séquitos com que se fazia acompanhar nas suas viagens, a Castela e Aragão, a Santiago de Compostela, ou simplesmente entre Lisboa e os seus inúmeros palácios.

Se intermediava entre os súbditos e Deus, nada mais natural do que zelar pelo culto, pela sua dignidade e decoro, pela sua magnificência, impondo-se aos olhos de todos como o mais fiel dos crentes. Real ou efabulada, a sua piedade te-lo-á levado a patrocinar edifícios religiosos por todo o país e pelas conquistas, tornando-se o principal padroeiro. Dos fantásticos e esplendrosos mosteiros e conventos, como os de Santa Cruz de Coimbra, dos Jerónimos de Belém e de Cristo de Tomar, às mais modestas igrejas paroquiais, as armas e a

empresa do rei estavam sempre visíveis. Era o monarca ausente tornado presente através das marcas obsessivas na arquitectura e na sua decoração, nos retábulos pintados, na marcenaria das armações de cadeirais, e nas tapeçarias que tornavam os muros frios mais confortáveis.

Não mandou ele representar-se nestas tapeçarias? Não estava ajoelhado, orando, logo no portal axial dos Jerónimos, numa escultura “*tirada polo natural*”, feita por Nicolau Chanterene? Não ajoelhava com toda a família real perante a pungente cena da Crucificação da *Fons Vitae* da Misericórdia do Porto? E não se confundia com um Rei Mago, num retábulo cuja autoria é imprecisa, existente no Museu Nacional de Arte Antiga, e noutro do Museu de Torres Vedras? Mas oferecia-se a outros olhos com menor ambiguidade nos vitrais da Batalha, no políptico da Família Real do paço de Almeirim, na evocação do seu casamento com D. Leonor, da Misericórdia de Lisboa, e nas gravuras das *Ordenações*. Mais complexa e para um público mais restrito, mas nem por isso menos importante, é a sua colagem ou amalgamento à figura de David, em iluminura da *Leitura Nova* e no claustro real do mosteiro dos Jerónimos. Isto é uma outra tentativa de sacralização que se percebe se atendermos às palavras de Egídio de Viterbo proferidas em Roma em 1507, pois o humanista chama-lhe não só “*campeão da Cristandade*”, mas também “*novus David*”.

A representação do monarca tornou-se uma verdadeira obsessão para si e para os seus ideólogos, mostrando-se a sua imagem de culto mais idealizada do que real, em todo o tipo de obras de Arte, da pintura à tapeçaria, passando pelas esculturas, pelas iluminuras e gravuras, ou quando a vera efígie não tinha cabimento, as suas armas, a Esfera Armilar e a Cruz da Ordem de Cristo, que desde cedo assimilou. Não nos esqueçamos que pela bula *Etsi Suscepti* de 9 de Janeiro de 1443, o papa Eugénio IV colocou sob o padroado da Ordem de Cristo todas as terras da Expansão, as descobertas e as que viessem a ser conhecidas, e que D. Manuel já havia sido elevado a seu administrador em 1484. Conveniente uma ambiguidade mais nos seus emblemas, a Cruz, a um tempo de Cristo e da milícia que ele mesmo comandava.

A própria tentativa de canonização de D. Afonso Henriques e de D. Isabel de Aragão, de quem descendia em linha directa, insere-se nesta necessidade de afirmação entre os seus pares coroados europeus, quase todos eles com santos nas respectivas famílias. Em relação a Afonso Henriques, e apesar dos fantásticos túmulos que patrocinou para ele e para seu filho, D. Sancho I, em Santa Cruz de Coimbra, nada logrou, mais do que fama e o acentuar dos milagres lendários, mas já conseguiu pelo menos fazer beatificar a Rainha Santa,



Tapeçaria à maneira de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC



Tapeçarias à maneira de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenores).
Fundação Ricardo Espírito Santo
e Museu do Caramulo

remodelando em seguida e enriquecendo desmesuradamente o mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Era a sua própria glória que na deles procurava. No mesmo sentido, elevou o infante D. Henrique à santidade – seu avô adoptivo, já que o Navegador fizera do infante D. Fernando, o duque de Beja, seu herdeiro – dando-lhe lugar no mainel do mais vistoso portal do mosteiro dos Jerónimos, a obra emblemática do seu reinado. Aí está a sua estátua, como guerreiro e defensor da Fé, o novo Apóstolo, o primeiro dentre todos os outros, os evangélicos, colocados ordenadamente à sua esquerda e à sua direita.



Como a erudita Maria Antónia Quina já notou, duas das tapeçarias com esta temática, de entre todas que se conservam, têm uma técnica e são esteticamente diferentes das restantes, se bem que entre estas também haja algumas variantes, mas que não são tão evidentes. Foram vários os ateliers que as produziram, como vimos acima. A da Fundação Espírito Santo e a do Victoria & Albert Museum podem ser as mais antigas, ou de um atelier retardatário que tenha produzido menos. As restantes, e pelo menos as que pudemos estudar, aparentam um mesmo grau de desenvolvimento estético, e um nível de execução muito aproximado. Dir-se-ia que tendo tido

Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC

êxito uma série, a mesma serviu de modelo às restantes, e aos outros artistas, ou então estamos em presença de um quase monopólio dos Poissonier, pelo menos até 1522. Totais ou partes de tapeçarias destas encontram-se, para além das já citadas, também no Museu Nacional de Estocolmo, no Museu de Saint Malô, no Museu Têxtil e de Indumentária de Barcelona, no Museu da Marinha de Lisboa, e na colecção Burrell de Glasgow, entre outros. Várias são apenas fragmentos, pois são raríssimas as que chegaram íntegras até nós. Perdendo o seu significado inicial, muitos senhores optaram por cortá-las, para as acomodar a espaços mais exíguos ou a outras disposições nas suas salas.

Os tamanhos das tapeçarias remanescentes são muito variáveis, mas para termos uma ideia das suas enormes dimensões diga-se que a do “*Descobrimento da Índia*”, pertencente à Caixa Geral de Depósitos, tem 4 metros de alto por 7,60 de comprimento. A que aqui estudamos tem 2,78 m por 2,66 m, e é apenas parte, pese embora significativa, de um “*cortejo triunfal com girafas*”, ou “*caravana*”, como também eram designadas, como vimos acima. Com a mesma iconografia, encontramos exemplares de dimensões muito variáveis: a do Museu do Caramulo, cortada, ao que parece, do lado esquerdo do observador; uma do Victoria & Albert Museum; outra que pertenceu à Colecção do Marquês de Dreux-Bréze; a do Museu Nacional de Estocolmo; a do Museu de Saint Malô; uma que foi da Colecção Gabrielle Laroche, vendida numa das salas Drouot, em 1990; e também a da Fundação Espírito Santo.

Esta, a que chamaremos tapeçaria VOC, está em bom estado de conservação, não apresenta qualquer marca de atelier visível, parecendo ser o grão de textura grossa com aspecto canelado, a teia de lã crua, e a trama constituída por fios de lã e seda, tudo em cores vivas e diversas, em que predomina o vermelho, o azul, o verde e o amarelo. Anote-se que a barra superior é exactamente igual à de duas das tapeçarias do Museu do Caramulo, da Fundação Abel Lacerda, com a mesma representação, uma série de pontas de diamante, numa faixa muito estreita; mas já a inferior é diferente, com motivos vegetalistas contínuos e menos densos que naquelas. Aliás, as barras são muito variáveis em todas elas, e quanto a nós não servem de muito para a formação de famílias ou núcleos.

Os elementos iconográficos essenciais são as duas girafas, na mesma posição das da tapeçaria do Caramulo, vindo da esquerda para a direita, uma delas montada por um homem armado com uma lança. A outra, a que está mais atrás, tem um serviçal a segurá-la, este já dentro de uma cerca, como que a recebê-la. O lado direito lembra as tradicionais tapeçarias de temas pastoris, o que poderá representar a Europa, e mais restritamente Portugal, sendo deste modo a chegada

destes animais exóticos, depois da viagem da Índia até cá. Todo este lado é comum, com casas muito simples entre montes, onde pastam ovelhas em total tranquilidade. Opostamente, o lado esquerdo do observador, para além das já referidas girafas, mostra ainda um servo a puxar uma leoa que está deitada, e de que só se vê parte da cabeça e do pescoço. Um outro homem armado com uma lança, com um turbante na cabeça, o que indicará a sua origem oriental, e com a mão direita pousada no punho de uma cimitarra, espera o resto do cortejo. As flores e os frutos, que parecem laranjas, são do mesmo desenho da tapeçaria do Caramulo que temos vindo a citar. Tudo aponta, mesmo os pormenores mais ínfimos, para estarmos na presença de um trabalho saído da mesma oficina, e em época muito próxima.

Apesar de não estar íntegra, é um exemplar de altíssima qualidade e num estado de conservação raro, e que ilustra bem a política de promoção pessoal e de prestígio levada a cabo por D. Manuel I, através das obras de Arte, quer executadas em Portugal, e para consumo interno, quer além fronteiras, para impressionar os seus pares que se sentavam nos outros Tronos europeus.

O gosto pelo exótico foi uma constante das cortes europeias do fim do século XV e sobretudo do século XVI e da primeira metade do século XVII. Se é verdade que o imperador Carlos V possuía uma notável colecção de obras de arte das culturas pré-colombianas americanas, que expunha como verdadeiros troféus, a verdade é que a maioria das peças que inundou as câmaras de maravilhas ou simplesmente os guarda-roupas dos nossos monarcas e grandes senhores teve origem na Aventura Ultramarina Portuguesa, e foram trazidas nas nossas caravelas, urcas, naus e galeões. Basta ler os inventários dos guarda-roupas de D. Beatriz, mãe de D. Manuel I, do próprio Monarca Venturoso e do seu filho D. João III, todos publicados por Anselmo Braancamp Freire no *Arquivo Histórico Português*, para ver a quantidade de obras africanas e orientais que incluíam. Mas a grande colecionadora, a verdadeiramente primeira colecionadora das maravilhas do Oriente, foi D. Catarina de Áustria, a esposa de D. João III, irmã de Carlos V, que enviou agentes à Índia e ao Ceilão para lhe fazerem aquisições, juntando peças da Costa Oriental da África, do Golfo Pérsico, da Índia, do Ceilão, da China e cremos que mesmo do Japão. A rainha foi generosa com o irmão, primos e cunhados que se sentavam nos tronos europeus, ou com as suas familiares, distribuindo pelas capitais da Europa muitas das peças que mandava vir ou que comprava no florescente mercado de Lisboa. Os Senhores de além-Pirenéus disputavam tudo o que fosse novo, maravilhoso, rico e caro. Este movimento de aquisição desenfreada teve como intermediários grandes comerciantes e até banqueiros, e



Tapeçaria à maneira
de Portugal e da Índia.
Cortejo triunfal com girafas (pormenor).
VOC

está largamente demonstrado no catálogo da exposição organizada em 2001 e 2002, por Nuno Vassallo e Silva e Helmut Trnek, e que esteve patente ao público, com enorme êxito, em Viena de Áustria e Lisboa, apropriadamente intitulada *Exótica; os Descobrimentos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*. Os estudos que integramos volumes de ambas as edições, a austríaca e a portuguesa, nossos, de Rudolf Distelberg, Pedro Moura Carvalho, Jorge Flores e dos dois comissários, são complementos essenciais, para se perceber este gosto pelo exótico, tão expandido no Ocidente.

As tapeçarias “à maneira da Índia e de Portugal” cedo entraram nesta categoria de “coisa exótica”, pois representavam as novidades insuspeitadas dos Mundos Novos, e perdendo o significado inicial, a da glória das nossas Navegações, ficaram como repositório de imagens de terras e gentes ignotas, de onde vinham as preciosidades que se guardavam nas câmaras de maravilhas. Só assim se explica a sobrevivência de uns temas, enquanto de outros, apenas valorizados em Portugal, não haja rasto. “Era o resto do Mundo que faltava (porque faltava Mundo)”, como diria Miguel Torga, que patenteávamos aos olhos de quem o queria conhecer, nesse longínquo e revolucionário século de Quinhentos.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- BARRETO, J. A da Graça, *A descoberta da Índia ordenada em tapeçaria por mandado de El-Rei D. Manuel*, Coimbra, 1880.
- DIAS, Pedro, “La tapisserie flamande au Portugal”, *Flandres et Portugal. Au confluences de deux Cultures*, edição de J. Everaert & E. Stols, Antuérpia, 1991.
- MARQUES, João Martins da Silva, “Armas e tapeçarias reais num inventário de 1505”, (Actas do) *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, vol. V.
- QUINA, Maria Antónia Gentil, *À Maneira de Portugal e da Índia. Uma série de tapeçaria quinhentista*, Lisboa, 1998.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Artes e Artistas em Portugal. Tapeçarias*, 2.^a edição, Lisboa, 1920.